

Governança Global e Empreendedorismo Social:

Uma revisão bibliográfica sobre a inserção das empresas sociais em canais de governança na Europa

Sabrina Aryane de Souza Oliveira¹

Resumo

O objetivo do presente artigo é compreender a relação entre a atuação das empresas sociais na Europa e os canais de governança, adotando como hipótese que esta discussão pode contribuir para o debate sobre governança global nas Relações Internacionais. Para isto, realizou-se um levantamento descritivo e exploratório da literatura que estuda conceitos de Empresa Social, Empreendedorismo Social, Economia Social, Economia Solidária e Inovação Social, por meio de uma revisão bibliográfica dos estudos de pesquisadores europeus publicados no *The Emergence of Social Enterprise International Research Network* – EMES. O trabalho está dividido em dois blocos. No primeiro, apresenta-se uma análise das questões de governança, e no segundo, a revisão bibliográfica sobre empreendedorismo social e governança na literatura europeia. Nota-se a necessidade de estudos futuros que possibilitem demonstrar a relação entre empresas sociais e estruturas de governança tipicamente estudadas nas Relações Internacionais.

Palavras-chave: Governança global; Empreendedorismo Social; EMES;

Introdução

O termo “governança” ganhou notoriedade na literatura de Relações Internacionais (RI) nos anos 90, no contexto de fim da Guerra Fria, atrelado ao conceito de globalização (FURTADO; VELOSO, 2019). A globalização é um conjunto de processos cumulativos que

¹ Artigo elaborado para apresentação na banca de defesa de monografia para o curso de graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da UFU.

envolve mudanças no âmbito da organização da atividade humana e o deslocamento do poder (GONÇALVES, 2011). Ainda que os governos continuassem soberanos em vários quesitos, parte de sua autoridade foi realocada, tanto em direção a entidades supranacionais quanto em direção a coletividades subnacionais (ROSENAU; CZEMPIEL, 1992). Por isso, a utilização do termo é uma tentativa de explicar a nova configuração da política mundial, especificamente no que se refere às mudanças na relação entre atores públicos e privados (FURTADO; VELOSO, 2019).

O reconhecimento de novos atores na arena internacional é fruto das perspectivas teóricas transnacionalistas da década de 70, dos autores Keohane e Nye (1977), que reconheceram a presença de novos atores e a diversificação dos canais a partir dos quais se transmitem suas relações, em um contexto definido em termos de interdependência complexa (GRANATO, 2014). A interdependência complexa é definida de acordo com três características: novos canais de conexão das sociedades, especificamente os laços informais entre as elites governamentais e/ou não governamentais e as organizações transnacionais; a falta de hierarquia clara na agenda do relacionamento interestadual, o que significa que não existe uma distinção clara entre questões internas e externas, assim problemas internos passam a ter repercussão internacional e questões externas são tratadas em vários níveis e departamentos do governo não apenas nos escritórios estrangeiros; e por fim, em um contexto de interdependência complexa, as relações entre os Estados não recorrem à força militar (KEOHANE; NYE, 1989).

Nesta perspectiva, a interdependência complexa reconhece uma dependência mútua entre os Estados nos diferentes planos, militar, econômico, social, político, etc., assumindo uma perspectiva alternativa da política mundial que demonstra que as teorias tradicionais (realista e idealista) das RI se tornaram insuficientes para explicar o novo cenário internacional. A visão realista assume como premissa que a força é o instrumento mais útil e efetivo para uma nação, ou seja, para a prática política. Por isso, as questões em política internacional são divididas entre alta política, que se refere a assuntos de segurança nacional, e baixa política, que se refere a questões que envolvem a economia e a organização social em geral (CADEMARTORI; SANTOS, 2016).

A importância dos assuntos de baixa política nos últimos anos desafiou a visão tradicional da estrutura jurídica das Relações Internacionais baseada em modelos formais

(FARIAS, 2015). Com o crescente espaço ocupado pelas empresas transnacionais, o papel da economia nas Relações Internacionais se tornou evidente (CADEMARTORI; SANTOS, 2016). Além disso, os problemas sociais ampliaram-se, o que exigiu estruturas de governança capazes de estimular e vincular contribuições de todas as escalas e setores (FARIAS, 2015). Por isto, os novos atores, organizações internacionais, empresas multinacionais e organizações não governamentais se mostraram essenciais para a discussão e solução de problemas da sociedade (GONÇALVES, 2011).

Apesar de o termo “governança” ter sido utilizado inicialmente nas Relações Internacionais para tratar de atividades de governos nacionais (FARIAS, 2015), o conceito expandiu-se para se referir a quaisquer redes de instituições e relações que possuam competência para promover com eficiência e eficácia serviços básicos para a população, especificamente, no que tange a segurança, alimentação, sistema legal, saúde e educação dos cidadãos (JENKINS; PLOWDEN, 2007). Nesse contexto, a governança é compreendida como uma atividade com um papel prático e propositivo cuja função primária é solucionar questões sociais que transcendem as fronteiras nacionais (GONÇALVES, 2011).

Neste contexto, Gonçalves, Freire e Rei (2021 pág. 19) salientam que a governança global se trata de um “mecanismo de ambiência para a promoção de diálogos entre os diversos atores globais nas Relações Internacionais”. Por isso, infere-se que a governança global é um mecanismo de diálogo entre diversos atores que contribuem para solucionar problemas da sociedade que transcendem o perímetro nacional. Neste sentido, este trabalho busca explorar as contribuições do empreendedorismo social para diferentes canais de governança, buscando elucidar se e como essa relação é interessante para a governança global.

Existem há tempos, no terceiro setor, dinâmicas empresariais cujo objetivo é criar soluções inovadoras para a prestação de serviços ou oferta de bens àqueles cujas necessidades não estão sendo sanadas, mas apenas na década de 1990 os termos “empreendedorismo social” e/ou “empresa social” passaram a ser utilizados na literatura para se referir ao fenômeno (TANIMOTO, 2008). O empreendedorismo social é um construto multidimensional que inclui inovação, proatividade e gerenciamento de risco (WEERAWARDENA; MORT, 2006). Na Europa, tal abordagem está profundamente relacionada ao terceiro setor, seja ele denominado setor sem fins lucrativos, setor voluntário

ou economia social (DEFOURNY; NYSSSENS, 2013). Nesse contexto, as empresas sociais possuem três dimensões: econômica, no que tange aos rendimentos gerados pela venda de bens/serviços no mercado e/ou por contratação pública; social, que se refere à busca por um objetivo social explícito, com entrega de produtos/serviços com conotação social; e, por fim, uma dimensão de governança corporativa, ou seja, que se refere à prestação de contas, participação e transparência (COMISSÃO EUROPEIA, OECD, 2016).

Este artigo tem como objetivo compreender como a literatura europeia sobre empresas sociais relaciona a atuação dessas empresas e as estruturas de governança, elucidando o papel da governança global neste contexto. Para isso, apoiou-se em uma revisão da literatura europeia publicada no EMES, desde 2000, sobre governança e empreendedorismo social. A rede de pesquisadores EMES, criada em 1996 através de financiamento da União Europeia, constitui-se no primeiro projeto de pesquisa completo sobre empresas sociais na Europa (TANIMOTO, 2008). Para endereçar as questões levantadas por este trabalho, o artigo divide-se em dois blocos: o primeiro destaca termos gerais e específicos das questões que envolvem governança, e o segundo apresenta a revisão bibliográfica realizada neste trabalho, demonstrando a perspectiva dos pesquisadores europeus sobre a relação entre o empreendedorismo social e as estruturas de governança.

1 GOVERNANÇA GLOBAL E NOVOS ATORES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

O conceito de governança surgiu em 1930, com os estudos de Ronald Coase para tratar dos meios operacionais para a coordenação de empresas (RIBEIRO; TOPPAN, 2015). No entanto, o uso do conceito com conotação jurídica-política (GONÇALVES; ALMEIDA; REI, 2021) teve início na década de 80, quando o Banco Mundial (BM) utilizou a expressão “boa governança” para tratar da capacidade administrativa dos países subdesenvolvidos de atender as metas políticas, econômicas e sociais estipuladas (FARIAS, 2015). Nesse sentido, a princípio, os teóricos políticos compreendiam que a existência de um governo (conjunto de instituições) pressupunha o exercício de governança (poder político) (SALLES; OLSSON, 2015). No entanto, devido à instantaneidade e o modo polissêmico (ético-político, econômico, cultural etc.) em que a globalização ocorreu na última década (GONÇALVES; ALMEIDA;

REI, 2021), os governos foram incapazes de exercer a governança em várias questões de interesse público internacional (SALLES; OLSSON, 2015).

Os desafios criados a partir do advento da globalização exigiram enfrentamento colaborativo e uma solução comum global para os problemas nas diversas áreas – ambiental, econômica, de direitos humanos, etc. (GONÇALVES; ALMEIDA; REI, 2021). A governança surge, portanto, como uma nova perspectiva que compreende que o meio estatal não é o único meio capaz de administrar os problemas sociais (FARIAS, 2015). O sentido moderno do termo governança foi cunhado pela Comissão sobre Governança Global, da Organização das Nações Unidas, que define governança como “a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns. É um processo contínuo pelo qual é possível acomodar interesses conflitantes ou diferentes e realizar ações cooperativas.” (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996, p. 2). Farias (2015) observa que é possível através da governança, acomodar interesses conflitantes e realizar ações cooperativas, ou seja, solucionar problemas sem utilizar coerção e/ou obrigação.

A governança trata-se de um comportamento intencional e de atividades orientadas a objetivos compartilhados, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas, pois, enquanto o governo atua por meio de estruturas formais (locais, regionais, nacionais e internacionais), a governança trata de um conceito mais amplo, que refere-se a qualquer coletividade, pública ou privada, que empregue mecanismos de direção formais e/ou informais que enquadram objetivos, demandas e diretrizes a fim de buscar por políticas públicas e gerar conformidade (ROSENAU, 2004). A governança assume diversas formas, Farias (2015) reconhece algumas destas modalidades: governança corporativa, governança multinível e governança sem governo.

A governança corporativa se limita ao ambiente organizacional de uma empresa, ou seja, trata das especificidades das práticas e relacionamentos entre acionistas, diretoria, conselhos de administração, fiscal e auditoria (GONÇALVES, 2011). O conceito de governança multinível refere-se à construção da governança a partir de interpelações nas diferentes esferas de governo, podendo ser entendido a partir de duas dimensões, vertical e horizontal. O termo governança refere-se à dimensão horizontal, e trata da crescente interdependência entre atores não governamentais e governamentais, e o termo multinível

refere-se à dimensão vertical, e trata da descentralização da autoridade nos vários níveis territoriais de operações do governo concomitante a essa interdependência. (BACHE; FLINDERS, 2004).

A governança sem governo foi um termo cunhado por James Rosenau (1992) para tratar dos mecanismos de regulação de um setor específico que, mesmo não sendo dotados de autoridade formal, funcionam efetivamente. Esta governança sem governo, de acordo com Sales e Olsson (2015) é comumente associada ao meio internacional, devido à falta de autoridade formal, visto que dentro das fronteiras, a governança sem governo é mais facilmente limitada. Neste sentido, apesar de Rosenau não utilizar a expressão “governança global” em seu texto, o renomado autor trata de uma autoridade centralizada capaz de se impor em escala global, o que, segundo Furtado e Veloso (2019), remete a este conceito.

Como não existe a figura do “governo global”, de acordo com Gonçalves, Almeida e Rei (2021 pág. 19, tradução nossa), a governança global “nasce como mecanismo de ambiência para a promoção de diálogos entre os diversos atores globais nas Relações Internacionais.” Neste sentido, segundo os autores, o crescimento e fortalecimento da governança global dependem de diversos níveis de governança que coexistem e interagem, sendo estes níveis e tipos de governança essenciais para a consolidação da governança global. O trabalho concentra-se nas contribuições da governança europeia para a governança global. A “governança europeia diz respeito aos princípios e aos instrumentos da tomada de decisão no contexto da vasta gama de intervenientes e de instâncias de decisão na Europa — Comunidade Europeia, Estados-Membros, autoridades regionais e locais e entidades privadas.” (COMISSÃO EUROPEIA, 2003 pág. 31, tradução nossa).

De acordo com comunicado publicado pela Comissão Europeia (2001), a atuação internacional da União Europeia baseia-se em propor princípios de boa governança e responsabilidade global que foram aplicados com sucesso internamente. Entre os cinco princípios cumulativos de boa governança que a União Europeia se propõe a aplicar, está o princípio da participação, que refere-se “a implicar de forma mais sistemática os cidadãos na elaboração e na aplicação de políticas” (COMISSÃO EUROPEIA, 2001, pág 1, tradução nossa).

1.1 O empreendedorismo social e a governança

O empreendedorismo social é, de acordo com Weerawardena e Mort (2006), um construto multidimensional que inclui inovação, proatividade e gerenciamento de risco. Sendo compreendido por Machado, Lenzi e Verdu (2016), como uma nova forma de descrever o trabalho da comunidade, das organizações voluntárias e públicas, bem como das empresas privadas que priorizam os objetivos sociais em detrimento de aspectos lucrativos. Neste aspecto, o empreendedor social distingue-se do empreendedor tradicional, pois ainda que ambos busquem atingir certos objetivos econômicos (DEE; ANDERSON, 2003) o objetivo principal daquele é beneficiar a comunidade (ELSAYED, 2018) criando soluções criativas para problemas sociais complexos e persistentes na sociedade (ZAHRA et al., 2009), como a exclusão e o desemprego (OCDE, 1999).

O empreendedorismo social tem desempenhado um papel importante estimulando empreendedores a iniciar mudanças sociais e melhorias nas suas respectivas comunidades, principalmente nos ambientes institucionais com altos níveis de incerteza, riscos, com sistemas de bem-estar social limitado ou inexistente, desemprego elevado e outros (MACHADO; LENZI; VERDU, 2016). Por isso, os empreendedores sociais não só auxiliam a atuação do governo e/ou outras instituições, como preenchem lacunas deixadas por eles (HERVIEUX, VOLTAN, 2018), a partir do desenvolvimento de respostas mais eficientes e/ou buscando políticas públicas mais eficazes (MORT; WEERAWARDENA; CARNEGIE, 2002).

Young e Lecy (2014) dividem os estudos do empreendedorismo social em quatro escolas de pensamento, como demonstra a figura 1. A inovação social e o empreendimento social no seu espectro socioeconômico são associados à linha de pesquisa estadunidense, enquanto a abordagem do *Emergence of Social Enterprise in Europe* (EMES) e a escola de negócios sociais referem-se à linha de pesquisa europeia, sendo a abordagem de negócios social particularmente associada à linha de pesquisa britânica.

Figura 1: Escolas de pensamento nos estudos de empreendedorismo social



Fonte: Elaborado pela autora com base em Young e Lecy (2014).

A rede de pesquisadores EMES é destacada porque, diferentemente das perspectivas anglo-americanas de empreendedorismo social, que consideram o fenômeno a partir de uma estrutura unidimensional que vai do econômico ao social, as contribuições do EMES buscam explorar melhor a natureza interativa e inter-relacionada do fenômeno (PESTOFF; HULGARD, 2015). Neste sentido as cooperativas e organizações mútuas, que são cada vez mais abordadas pelo rótulo de “Economia Social” demonstram uma particularidade do delineamento do terceiro setor europeu, que não só reconhece o aspecto sociopolítico e, consequentemente, a limitação de análises puramente econômicas do Terceiro Setor, mas adicionam ferramentas analíticas para dar conta do lugar ocupado por este setor na esfera pública das sociedades democráticas modernas (CIRIEC, 2000).

Apesar de as empresas sociais na Europa serem comumente associadas à tradição de economia social (TANIMOTO, 2008), de acordo com Arpinte et al. (2010), o conceito e o termo economia social são muito amplos, visto que referem-se a todos os tipos de atividades sociais que ocorrem em muitas formas jurídicas entre as fronteiras do setor privado e público (ARPINTE et. al., 2010). De acordo com o autor:

A economia social é historicamente relacionada com os preceitos das associações e cooperativas. O sistema de valores e os princípios das associações - associativismo e democracia associativa, cooperativismo, mutualismo - são aqueles que têm servido para formular o conceito moderno de economia social, que se estrutura em torno de três grandes

famílias de organizações: cooperativas, sociedades mútuas e associações, com a recente adição de fundações e empresas sociais (ARPINTE et. al., 2010, pág. 138, tradução nossa).

No entanto, nos últimos anos, a Comissão Europeia (2011) tem entendido que tanto em termos de coesão territorial como de procura de novas soluções para os problemas sociais, as empresas sociais são operadoras da Economia Social. Por isto, dada “ importância que as empresas sociais assumiram, é importante compreender qual o papel destas organizações nos canais de governança, considerando que a governança é a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições administram seus problemas comuns (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996).

Os problemas em comum são diversos; todavia, este trabalho se limita a explorar um deles, a governança participativa, considerando que a tentativa de envolver a comunidade na tomada de decisão é um dos princípios da governança europeia e uma particularidade das empresas sociais na Europa, como será mais bem explorado através da revisão bibliográfica realizada neste trabalho. Incitar a participação na vida pública, segundo Hall e MacDonald (2019), remete aos movimentos sociais e políticos de participação cidadã no Brasil surgidos na década de 1980, que criaram o Orçamento Participativo (OP), uma ferramenta para educar e envolver cidadãos nas operações do governo. Assim como os autores defendem que o desenvolvimento do OP e das empresas sociais podem se apoiar mutualmente porque possuem objetivos em comum, desde que sejam reconhecidas metas compartilhadas a mesma ideia pode ser aplicada à governança europeia e às empresas sociais, como busca defender o presente trabalho.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE EMPREENDEDORISMO SOCIAL E GOVERNANÇA NO CONTEXTO EUROPEU

A revisão bibliográfica apoiou-se na aplicação do método de revisão sistemática da literatura, que é utilizado para avaliar e interpretar pesquisas relevantes disponíveis para uma determinada área, tópico ou fenômeno de interesse (KITCHENHAM, 2004). Este método é especificamente importante quando há uma ampla gama de pesquisas sobre um assunto, mas questões-chaves ainda permanecem sem resposta (PETTICREW; ROBERTS, 2006). Neste sentido, a revisão sistemática permite trazer à comunidade de pesquisadores ideias,

informações, exemplos e recomendações que fornecem *insights* ou projetam soluções importantes para problemas no campo de estudo (DENYER; TRANFIELD, 2009). A primeira fase da revisão sistemática é a definição do que se busca com a pesquisa. Isso é feito através da elaboração de uma pergunta de pesquisa (DENYER; TRANFIELD, 2009). Portanto, a questão central deste artigo é: “Como a literatura relaciona a atuação das empresas sociais e a governança”? A segunda etapa consiste em localizar os estudos que farão parte da análise (DENYER; TRANFIELD, 2009). O EMES foi selecionado por este trabalho porque sua abordagem inclui governança entre as dimensões de análise da empresa social (COMISSÃO EUROPEIA, OECD, 2016) e porque a rede marcou o primeiro projeto de pesquisa completo sobre empresas sociais na Europa (TANIMOTO, 2008).

A terceira etapa da revisão sistemática consiste em selecionar e avaliar os estudos primários (DENYER; TRANFIELD, 2009). Neste sentido, a população deste estudo é composta por um total de 248 trabalhos. Considerando o foco do trabalho, as palavras-chaves utilizadas para a seleção dos artigos foram: “empresas sociais”, “governança” e “países europeus”. O termo “empresas sociais” foi descartado no momento da triagem, uma vez que a base selecionada se trata de um evento especificamente direcionado ao tópico das empresas sociais. Por isso, a primeira triagem foi realizada com o termo “governança”. A busca foi feita a partir dos títulos, resumos e palavras-chave das publicações, sendo necessário que a terminologia estivesse presente em pelo menos um destes campos. Não foi estabelecida uma limitação quanto ao idioma, por isso a pesquisa inicial resultou em total de 22 artigos, dos quais quatro estão disponíveis apenas em francês.

Na segunda triagem foram identificados, também no título, resumos e palavras-chaves, aqueles trabalhos que baseiam sua análise fora do contexto de “países europeus”. Nesta segunda etapa foram excluídos dois artigos que tratavam do contexto brasileiro e do contexto sul-coreano. Portanto, a amostra final foi de 20 artigos apresentados nas conferências do EMES, de 2008 a 2019, que tratam de “empresas sociais” e “governança”. A quarta etapa da revisão sistemática é a análise da amostra. Após esta fase, a quinta e última etapa consiste na apresentação e utilização dos resultados (DENYER; TRANFIELD, 2009).

2.1 A abordagem da literatura em empreendedorismo social e governança

O processo de hibridização, no qual entidades visam, por meio de seus negócios, melhorias sociais sistêmicas através da inovação social, começou na Europa no final da década de 1980 e início da década de 1990 com as cooperativas sociais italianas, que disseminaram seus modelos para vários outros países europeus que possuíam leis favoráveis a essa forma de negócio (PESTOFF; HULGÅRD, 2015). Nesse sentido, a capacidade de prestação de serviços assistenciais, com particular atenção à geração de empregos, é uma característica particular das empresas sociais, enquanto os demais aspectos, como a orientação para o mercado (visando à maximização e a eficácia do projeto empresarial) e colocar a comunidade como principal stakeholder (a governança multissetorial) são heranças das organizações híbridas da primeira geração, as cooperativas sociais (VENTURI; RAGO, 2015).

As empresas sociais assumiram por muito tempo uma função de integração laboral; no entanto, atualmente, sua atuação transcende essa perspectiva (JOHANISOVA, 2019). Os países que possuem empresas sociais utilizam esses negócios com propósito social, majoritariamente, em três aspectos: para melhorar e reconstruir o Estado de bem-estar a partir de um modelo de desenvolvimento sustentável; para a profissionalização do terceiro setor; assim como para a inclusão de empresas sociais em um novo formato de economia, criando assim uma forma de economia mista que serve aos interesses da economia pública e do setor privado (TANIMOTO, 2008).

É importante, nesse sentido, compreender que a atuação das empresas sociais não deve ser avaliada apenas por seu resultado, porque, como Hulgaard e Nielsen (2019) salientam, a mudança social é consequência de um processo de inovação social tão relevante quanto o seu desfecho, visto que o procedimento conduzido pelo indivíduo empreendedor empodera a sociedade, promovendo um fluxo de aprendizagem e cidadania ativa relevante (HULGAARD; NIELSEN, 2019). Como só é possível identificar a sustentabilidade da atividade empreendedora a partir do seu desenvolvimento (HULGÅRD; ESCHWEILER, 2011) é absolutamente necessário considerar que a transformação social depende de um modelo integrado, que envolve processo e resultado (HULGÅRD; ESCHWEILER, 2011; HUYBRECHTS; NIYUNGEKO, 2013).

Nesta perspectiva, participação e boa governança são partes deste processo, ainda que, como destacam Hulgård e Escheweiler (2011), o resultado não dependa apenas destas

constituintes. Travaglini, Bandini e Mancinone (2009) destacam a importância do caráter participativo para que estas organizações sejam reconhecidas como ferramentas interessantes para as governanças locais, visto que se tornam meios de atender, de forma integrada, as demandas dos atores locais, entidades públicas e sociedade. Por isso, o autor propõe que a variável governança seja incluída na estrutura institucional destas organizações.

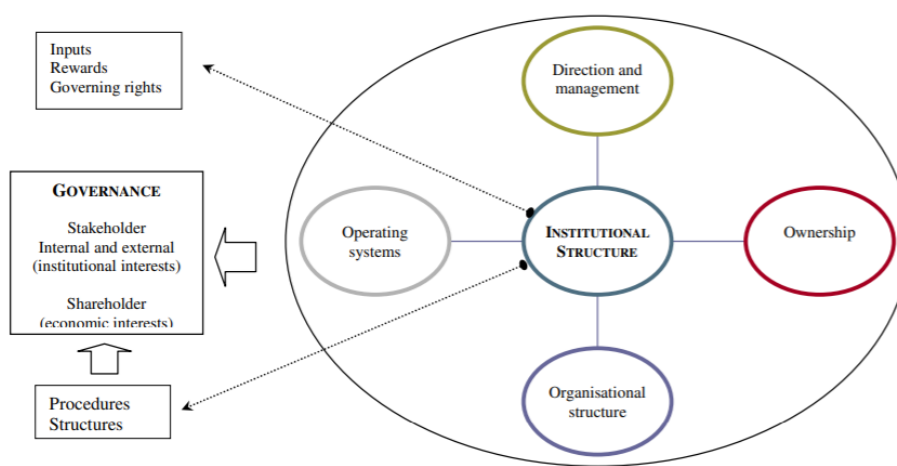


Figura 2. Governança e estrutura institucional da firma

Fonte: Travaglini, Bandini e Mancinone (2009, pág. 9).

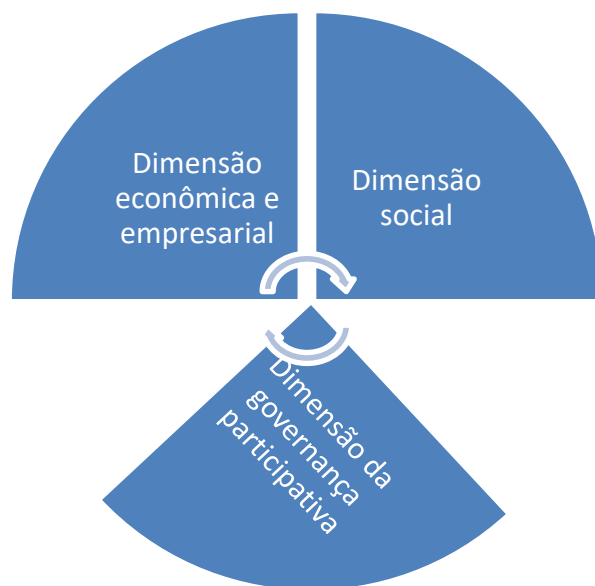
Na Figura 3, Travaglini, Bandini e Mancinone (2009) propõem que, além de considerar aspectos tradicionais de uma governança corporativa, nomeadamente a estrutura organizacional, o sistema de operação, gestão e administração e as questões de propriedade, é preciso, no caso das empresas sociais, analisar aspectos relacionados às entradas, recompensas e direitos públicos destas organizações. Além disso, os processos e as estruturas organizacionais precisam considerar o conjunto de partes interessadas, os interessados institucionais (*stakeholders*) internos e externos, e os interessados econômicos (*shareholders*), ou seja, acionistas.

Ainda que seja necessário maior aprofundamento nas maneiras em que as partes interessadas, especificamente as institucionais, podem se envolver no processo de tomada de decisão, o modelo democrático de governança (o princípio de uma pessoa, um voto) é o

sistema de governo interno mais adaptável (TRAVAGLINI; BALDINI; MANCINONE, 2009). Por isso, é imprescindível que a literatura de governança corporativa em geral, e de cooperativas em particular, conceda mais espaço ao papel de questões como essas, que estão além dos problemas relacionados aos conselhos de administração (HUYBRECHTS; NIYUNGEKO, 2013).

O EMES elaborou uma definição para identificar as organizações que podem ser chamadas de "empresas sociais" em todos os países que formam a UE (DEFOURNY; NYSSSENS, 2013). A rede de pesquisadores definiu indicadores que permitem uma conceptualização das características institucionais das organizações que são mais prováveis de serem identificadas como empresas sociais (PESTOFF, HULGÅRD, 2015). A seleção de indicadores foi feita com base em um amplo diálogo entre várias disciplinas (economia, sociologia, ciência política e gestão) e permite a identificação não só de novos tipos de empresas sociais, mas também pode levar a designar como empresas sociais organizações mais antigas que estejam sendo remodeladas por novas dinâmicas internas (DEFOURNY, NYSSSENS, 2013).

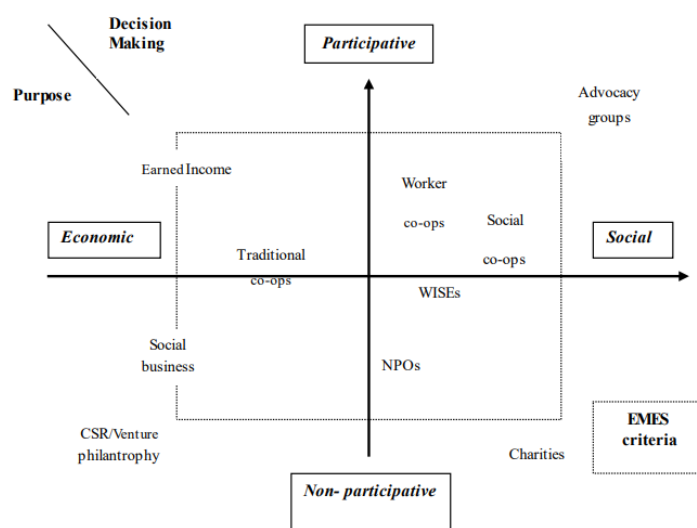
Figura 3: Dimensões do tipo-ideal da empresa social EMES



Fonte: Elaborado pela autora com base em Defourny e Nyssens (2013, p. 45-46)

Nesse sentido, de acordo com essa perspectiva, as empresas sociais possuem três dimensões: econômica, que tange aos rendimentos gerados pela venda de bens/serviços no mercado e/ou por contratação pública; social, que se refere à busca por um objetivo social explícito, com entrega de produtos/serviços com conotação social; e, por fim, a dimensão da governança, especificamente no que tange à prestação de contas, participação e transparência (COMISSÃO EUROPEIA; OECD, 2016). Sendo uma característica particular da abordagem EMES a inclusão da terceira dimensão, governança participativa (PESTOFF; HULGÅRD, 2015). As formas de governança para o tipo ideal da empresa EMES parecem ser específicas quando comparadas com as outras escolas de pensamento (DEFOURNY; NYSSSENS, 2013).

Todavia, apesar de o tipo ideal da empresa social EMES possuir potencial explicativo, Pestoff e Hulgård (2015) apontam que ainda é preciso desenvolver as dimensões no que diz respeito à



interdependência entre suas características. Nesse sentido, os autores apresentam uma abordagem multidimensional que busca explorar melhor essa interdependência, especificamente no que se refere à dimensão da governança e/ou participação democrática, visto que, até o momento, essa é a dimensão menos desenvolvida e mais contestada entre os acadêmicos e formuladores.

Figura 3: Interdependência das dimensões do tipo-ideal da empresa social EMES

Fonte: (DEFOURNY; HULGÅRD; PESTOFF, 2014 apud PESTOFF; HULGÅRD, 2015, pág. 12).

É possível reconhecer na figura 3 onde os tipos de organizações com premissas sociais se encaixam considerando os três critérios do EMES: atividades comerciais, missão social e a governança. Pestoff e Hulgård (2015) subdividem-nas, ainda, entre questões que envolvem governança e processo para compreender o nível de autonomia da organização do Estado e do mercado, o caráter participativo — ou seja, a capacidade de envolver os principais interessados ou *stakeholders* afetados por suas atividades — e o exercício de um processo democrático de decisão, baseado na ideia de um membro/um voto.

Neste sentido, no primeiro quadrante estão as cooperativas tradicionais associadas a atividades para obtenção de renda; no segundo, se encontram os negócios sociais relacionados a atividades filantrópicas e à responsabilidade social corporativa; no terceiro quadrante estão as cooperativas de trabalhadores e as cooperativas sociais, que funcionam como grupos de defesa e/ou apoio e buscam influenciar a tomada de decisão em assuntos de interesse; e por fim, no último quadrante, estão as organizações não governamentais e as organizações que atuam na integração de trabalho (WISE) ligadas às atividades de caridade.

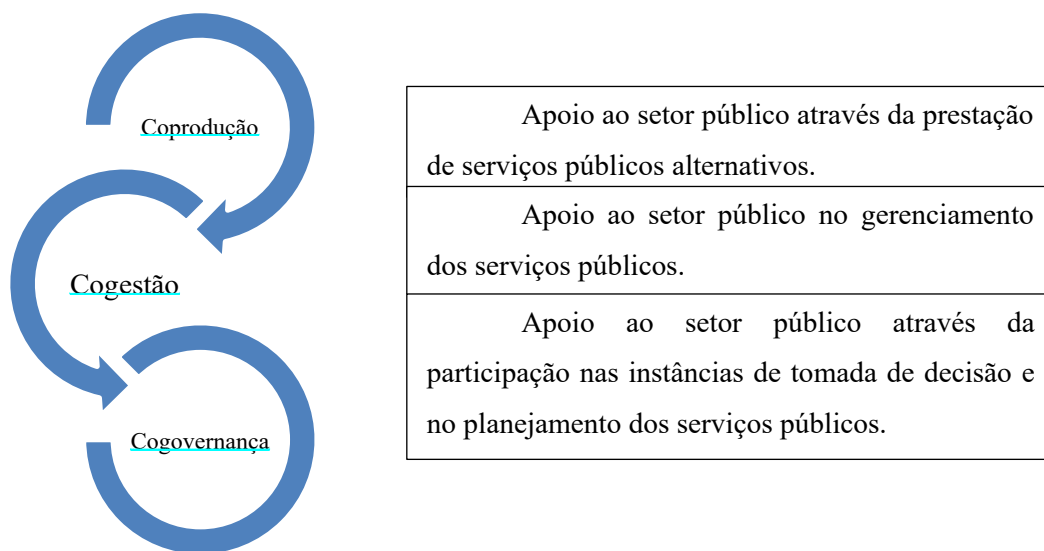
2.2 A inserção das empresas sociais nos canais de governança

Segundo Freise (2008), a transferência de Parcerias Público-Privadas (PPP) tradicionais para PPP entre o estado e o Setor Sem Fins Lucrativos tem sido um dos caminhos

de atuação das empresas sociais junto ao quadro institucional. Essa atuação, junto ao quadro institucional, se materializa de diferentes formas. Hall e Macdonalds (2019) demonstram que alguns programas governamentais, como o Orçamento Participativo (OP), podem apoiar o desenvolvimento da economia social, pois ambos visam o mesmo objetivo: promover comportamentos socialmente empreendedores na sociedade. Já é possível observar, assim, uma atuação das empresas sociais junto ao quadro institucional; todavia, ainda há uma ampla área de pesquisas que precisa ser explorada no que se refere às possibilidades de parcerias entre o setor público e as associações civis, fundações e organizações sem fins lucrativos (FREISE, 2008).

O trabalho de Ciepielewska-Kowalik e Pielíński (2015) busca compreender em que parte do fluxo de políticas as organizações do terceiro setor se situam, distinguindo três formas de atuação das empresas sociais junto ao quadro institucional: a coprodução, a cogestão e a cogovernança. Abaixo é apresentado um modelo que resume a ideia dos autores.

Figura 4. Formas de coprodução com o setor público



Fonte: Elaborado pela autora com base em Ciepielewska-Kowalik e Pielíński (2015, p. 1).

Na Figura 3, coprodução refere-se à prestação de serviços públicos alternativo, com regulação e financiamento públicos que podem assumir a forma de subsídios públicos diretos

ou vales-serviço, ou ainda regras tributárias preferenciais para organizações do terceiro setor. A cogestão refere-se aos esforços coletivos empreendidos por organizações do terceiro setor, empresas com fins lucrativos e administração pública para gerenciar a prestação de serviços públicos; e por fim, a cogovernança envolve a participação na tomada de decisão e no planejamento dos serviços públicos pelas organizações do terceiro setor, a administração pública e as empresas com fins lucrativos.

Maité (2016) também procura analisar esta relação com o quadro institucional, apontando para uma construção de “corresponsabilidade” e/ou “coprodução” com o quadro institucional, onde as partes interessadas participam do processo de tomada de decisão sobre os fins e meios da ação coletiva. Isso, considerando o trabalho de Ciepielewska-Kowalik e Pielíński (2015), seria a identificação de uma cogovernança entre empresas sociais e governo. Neste sentido, como dentro do quadro institucional e/ou governo existem vários níveis, o trabalho buscou distinguir, como demonstra a Tabela 2, os níveis de debate institucionais em que se inserem as discussões sobre empresas sociais e governança dos estudos analisados por este artigo.

Tabela 1. Os níveis de debate das discussões sobre empresas sociais e governança

Autor	Objetivo do Artigo	Nível de debate			
		Cor.	Loc.	Nac.	Sup.
(FREISE, 2008)	Compreender as implicações das parcerias entre entes estatais e Organizações Sem Fins Lucrativos para a governança local.	X	X		
(JEGERS, 2008)	Reunir e integrar a literatura teórica e empírica econômica sobre a governança em Organizações Sem Fins Lucrativos.	X			
(TRAVEGLINI; BALDINI; MACINONE, 2009)	Apresentar uma visão crítica sobre os modelos de governança europeus para as empresas sociais.	X	X	X	
(FERREIRA, 2011)	Rearticular a discussão sobre inovação social com as transformações que atravessam os Estados de Bem-Estar.	X	X	X	

(GABOR, 2011)	Identificar e explicar os padrões mais comuns de colaboração interorganizacional em Organizações do Terceiro Setor.	X		X	X
(HULGÅRD; ESCHWEILER, 2011)	Conceituar a governança como uma dimensão interna e externa do processo de inovação social.	X	X		
(SPENCE; BLUNDEL; LYON, 2011)	Explicar como as organizações evoluem e respondem aos seus ambientes complexos moldados por indivíduos.	X			
(NIYUNGEKO; HUYBRECHTS 2013)	Examinar a influência do conflito armado na governança das cooperativas.	X		X	
(CIEPIELEWSKA-KOWALIK; PIELIŃSKI, 2015)	Investigar as transformações do terceiro setor na Polônia e verificar seu atual estágio.		X		
(TORTIA; SACCHETTI, 2015)	Explorar os elementos institucionais das cooperativas, enfocando aqueles que regulam o comportamento e os resultados individuais.	X			
(VENTURI; RAGO, 2015)	Compreender e definir as características das novas formas de organizações híbridas originadas no empreendedorismo social italiano.	X	X	X	
(PESTOFF; HULGÅRD, 2015)	Demonstrar a importância da governança participativa no estudo da empresa social.	X	X	X	
(MAITÉ, 2016)	Ampliar a problemática polanyiana ao considerar o entrelaçamento das esferas cultural, econômica e política como um vetor de emancipação.	X			
(LAURENT; EYNAUD, 2016)	Questionar as possíveis articulações entre a teoria do <i>commons</i> e da economia social.	X	X		
(HANISCH; FAIRBAIRN, 2017)	Explicar como as transformações em curso no setor de energia alemão acrescentam novos elementos ao entendimento convencional do processo de inovação.		X	X	
(GOUDOT; ANGEL, 2017)	Compreender os mecanismos que produzem compatibilidade entre a liderança e a dimensão participativa da governança organizacional.	X			
(HULGAARD;	Compreender como as empresas sociais e				

NIELSEN, 2019)	as autoridades municipais praticam a rede e as parcerias visando o desenvolvimento dessas organizações sociais.		X	X	
(HALL; MACDONALD, 2019)	Explorar até que ponto o Orçamento Participativo (OP) pode e apoia o desenvolvimento da economia social local, em particular o desenvolvimento de empresas sociais e cooperativas.		X	X	
(O'DOR, 2019)	Compreender como os empreendedores sociais reformulam os atuais modelos de organização da empresa social.	X		X	
(JOHANISOVA, 2019)	Reenquadrar o Empreendedorismo Social como a construção de alternativas sistêmicas para a economia dominante.	X		X	

**Nota: Cor. (Corporativo), Loc. (Local), Nac. (Nacional), Sup. (Supranacional).
Fonte: Elaborado pela autora.**

Hanish e Fairbairn (2017) apontam para a contribuição de fatores políticos e institucionais para a disseminação da inovação social e Hall e MacDonald (2019) complementarem essa perspectiva tratando de como o programa Orçamento Participativo (OP) do Estado Nacional pode ser um aliado do empreendedorismo social, dada a convergência de objetivos entre as iniciativas. Esta perspectiva positiva da relação entre as empresas sociais e as instituições de governo pré-estabelecidas é minoritária, visto que os autores apontam tanto no âmbito nacional quanto no âmbito supranacional tensionamentos entre a perspectiva que as instituições criam para as empresas sociais e o que estas organizações efetivamente representam.

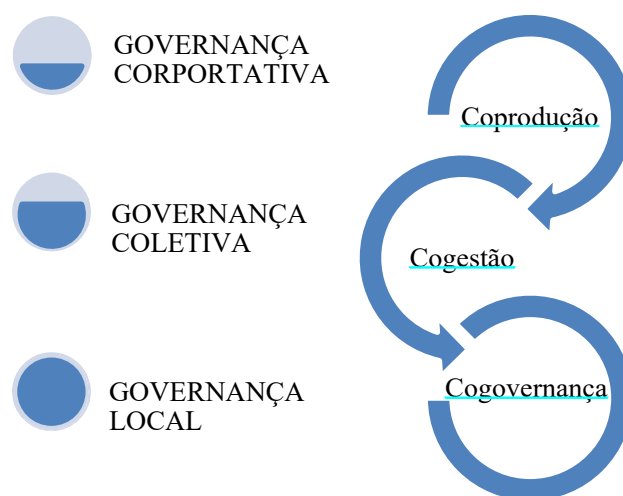
Pestoff e Hulgard (2015) evidenciam as tendências isomórficas do processo de institucionalização das empresas sociais, e O'dor (2019) defende que este processo de institucionalização descaracteriza as empresas sociais, uma vez que ainda não existe uma coerência institucional entre estas organizações que possibilite o processo. Os tensionamentos se acentuam ainda mais no âmbito supranacional, Gabor (2011) aborda os quadros de financiamento da União Europeia para a Europa Ocidental, identificando que estes não contribuem para o desenvolvimento das empresas sociais, visto que apenas mantêm as relações já existentes no âmbito nacional. Nesta perspectiva, Johanisova (2019) destaca que a ideia de empresas sociais atreladas à perspectiva da União Europeia de integração laboral da

economia social, não corresponde à atuação do fenômeno atualmente nos países pós-socialistas.

No que diz respeito à palavra “governança”, aparece nos trabalhos analisados apenas para se referir ao âmbito corporativo e local, e a discussão em torno da governança corporativa está em não restringi-la a aspectos internos. Spence, Blundel e Lyon (2011) enfatizam a necessidade de se considerar a governança corporativa nas suas relações externas, Niyungeko e Huybrechts (2013) apontam para o papel dos fatores ambientais na governança corporativa, Harnish e Fairbairn (2017) demonstram a influência do contexto externo para a governança das organizações, Freise (2008) destaca a importância da governança entre empresas sociais e governo e Pestoff e Hulgård, (2015) tratam dessa relação considerando os processos externos de institucionalização derivados dela.

De acordo com Traveglini, Bandini e Mancinone (2009), as empresas sociais acrescentam-se à governança local devido aos serviços de utilidade social prestados, mas para Venturi e Rago (2015) é necessário um esforço por parte da governança corporativa para construir estas relações possíveis com o governo. Nesse sentido, Laurent e Eynaud (2016) tratam da governança das empresas sociais no âmbito local, ou seja, de sua introdução das empresas sociais no ecossistema de governança local. A governança corporativa que passa a dialogar com o ambiente externo, interligando a governança interna e uma perspectiva externa, refere-se a uma governança coletiva. Essa “governança ampliada e multiparceria pode ser implementada por um conjunto de pessoas e organizações, a partir de um lugar comum, em benefício de iniciativas solidárias no território (EYNAUD; LAURENT, 2016, pág. 9, tradução nossa)”.

Figura 5. Inserção das empresas sociais nos canais de governança



Fonte: Elaborado pela autora

A figura 5 explica o processo de inserção das empresas sociais em canais de governança, considerando as três formas de atuação das empresas sociais junto ao quadro institucional propostas por Ciepielewska-Kowalik e Pielíński (2015). A governança corporativa é suficiente para uma coprodução com o quadro institucional, mas quando as empresas sociais passam a uma cogestão e/ou cogovernança, ela se torna insuficiente. Por isso, as empresas sociais passam por um processo de transformação do modelo tradicional de governança corporativa para um modelo de governança coletiva que auxilia a legitimar essas organizações para que passem a integrar a governança local.

A governança democrática é um meio não só de autolegitimação, mas serve de meio para legitimação de outros atores que apoiam o desenvolvimento dessas organizações, como o Estado nacional (HALL E MACDONALDS, 2019). Com o crescente ceticismo em relação ao planejamento central, o apoio às empresas sociais se torna uma forma de equilibrar a perda da preferência por formas hierárquicas de coordenação das relações sociais (FERREIRA, 2011). Neste sentido, assim como Bandini, Travaglini e Mancinone (2009) apontam que as empresas sociais acrescentam-se ao sistema de governo local devido aos seus serviços de utilidade social, é possível observar que as empresas sociais acrescentam-se à governança não só pela utilidade social de serviços, mas por seu modelo democrático de negócio.

As empresas sociais lidam com uma diversidade de problemas sociais que foram

criados e/ou ampliados com o advento da globalização, sendo assim, acrescentam-se à totalidade de atividades orientadas a objetivos compartilhados (governança) como uma nova ferramenta para endereçar problemas sociais complexos que não foram totalmente sanados anteriormente. Todavia, não basta que as empresas sociais sejam ferramentas para endereçar problemas sociais; a contribuição específica dessas organizações está no modelo de governança participativa, visto que, assim, as empresas sociais se tornam um meio para incitar uma cultura de participação cidadã no processo de tomada de decisão.

Assim como Hall e MacDonald (2019) defendem que o Orçamento Participativo estimula o desenvolvimento da economia social local em geral, e de empresas e cooperativas sociais em particular, pois ambos buscam estimular comportamentos socialmente empreendedores na sociedade, também há a possibilidade de apoio mútuo entre os canais de governança e as empresas sociais, uma vez que é possível observar objetivos em comum. Nesse sentido, como os princípios de boa governança e responsabilidade social da governança europeia buscam incitar um maior envolvimento cidadão no processo de decisão da União Europeia, e considerando os objetivos compartilhados entre as empresas sociais e a governança europeia, mencionados há pouco, as atividades da governança da região não só fazem parte da governança global, como são significativamente importantes para moldá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com literatura, a governança corporativa das empresas sociais possui aspectos externos que não podem ser negligenciados. Neste sentido, é possível perceber que o debate que envolve governança e empresas sociais evidencia um processo que foi exemplificado por este trabalho na figura 5. Nota-se que, quando as empresas sociais passam a atuar junto ao quadro institucional, a governança corporativa, ou seja, aquela centrada em aspectos organizacionais internos se torna limitada para compreender todos os aspectos dessa nova atuação. Os autores reconhecem a importância de uma governança intermediária, que considere aspectos internos e externos desta governança organizacional. A governança coletiva é uma forma de integrar demandas diversas na estrutura interna da organização. Devido a esta capacidade de incorporação, as empresas sociais tornam-se ferramentas

essenciais para a governança local, uma vez que, na modernidade, há cada vez mais demandas por formas alternativas, descentralizadas e participativas de coordenar as relações sociais.

A revisão bibliográfica realizada pelo trabalho aponta para uma contribuição das empresas sociais para a governança local, ou seja, a governança desenvolvida entre diversos atores em território compartilhado. Neste sentido, o presente artigo não possui evidências suficientes para demonstrar os vínculos possíveis entre as empresas sociais e a governança global, porém, é possível apontar para uma agenda de pesquisa futura frutífera. Para compreender a contribuição das empresas sociais para outros níveis de governança são necessárias contribuições interdisciplinares. Os estudos analisados não exploram a relação do fenômeno e uma governança desenvolvida no âmbito internacional ou nacional porque a literatura em governança das empresas sociais ainda está atrelada a literatura em governança corporativa da área de gestão e/ou administração. Nessa perspectiva, a governança se limita ao meio corporativo, todavia, os aspectos externos da governança nas empresas sociais transcendem essa restrição espacial. Portanto, é preciso buscar por novos vínculos interdisciplinares que consigam demonstrar esta relação entre empresas sociais e as estruturas de governança.

As duas estruturas de governança apresentadas pelo trabalho, à governança multinível, e a governança global, são termos e perspectivas advindas dos estudos em Relações Internacionais. Por isto, é preciso inicialmente evidenciar de forma analítica como os termos podem adentrar a literatura de empreendedorismo social, compreendendo que se a literatura reconhece que as empresas sociais contribuem para a governança local devido ao seu modelo de governança participativa, esta mesma característica demonstra contribuições das empresas sociais para outros níveis de governança. Uma vez que a construção de uma cultura de participação cidadã no processo de tomada de decisão é uma estrutural que contribui para todos os níveis de governo, seja local, nacional, regional e/ ou internacional.

É importante que estudantes de Relações Internacionais interessados no estudo das inovações do terceiro setor, desenvolvam análises interdisciplinares que possam gerar não só as contribuições analíticas mencionadas, mas também a fim de demonstrar empiricamente, como as empresas sociais podem contribuir para os diversos níveis de governança, considerando não só uma relação harmoniosa, mas os possíveis tensionamentos na gestão destes atores no campo doméstico e internacional. Além disto, as conclusões parciais deste

trabalho se limitaram a uma única região geográfica, porque no momento de escolha do tópico e realização do estudo, essa pesquisadora se encontrava na Europa, e por isso fez uso dessa experiência. No entanto, acredita-se que o desenvolvimento de estudos mais holísticos contribuiria significativamente para evidenciar esta relação entre empresas sociais e as estruturas de governança.

No decorrer do trabalho foi possível identificar como o foco negligenciou a relevância do fenômeno em outros contextos, especificamente no contexto brasileiro. Como demonstra o estudo de caso realizado por Nascimento et al. (2012) em Sorocaba, São Paulo, no Brasil já se reconhece que a inovação dos negócios sociais, nome dado às empresas sociais neste contexto, contribui de forma positiva para o desenvolvimento local, ou seja, para a governança local. O estudo de Nascimento et al. (2021) apresenta ainda a importância dos negócios sociais para atender à prioridade mundial de erradicação da pobreza, demonstrando indícios para concluir que as atividades dessas organizações contribuem para o conjunto de atividades que compõem a governança global no âmbito do combate a desigualdade social. Neste sentido, entende-se que a replicação desse estudo no contexto brasileiro ou latino-americano seria de grande utilidade para o desenvolvimento da literatura em empresas sociais e governança, especificamente, no que se refere às contribuições e relações com a governança global.

REFERÊNCIAS

ARPINTE, et al. The Social Economy in the European Union. **Calitatea Vieții**, v. 21, n.º. 1–2, p. 137–160. Romanian Academy Publishing House, Romania, 2010. Disponível em: <<http://www.revistacalitateavietii.ro/2010/CV-1-2-2010/08.pdf>> Acesso em: 07 set. 2021.

BACHE, I.; FLINDERS, M. **Themes and Issues in Multi-level Governance**. Oxford University Press Inc., New York, 2004.

CADEMARTORI, L. H. U; SANTOS, P. C. A interdependência complexa e a questão dos Direitos Humanos no Contexto das Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Direito**. v. 12, n. 2, p. 71-81. Brasil, Faculdade Meridional-IMED, 2016.

CIRIEC. **The enterprises and organizations of the third system: A strategic challenge for employment**. CIRIEC-International (Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative), Université de Liège au Sart-Tilman, Belgium, 2020.

COMISSÃO EUROPEIA. Comunicado da Comissão de 25 de Julho de 2001, COM (2001 /0428). **Governança Europeia: Um Livro Branco.** Jornal Oficial, C87, p. 0001 – 0029.

_____. **Relatório da Comissão sobre a governança europeia.** Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo, 2003. Disponível em: <https://ec.europa.eu/governance/docs/comm_rapport_pt.pdf> Acesso em 30 ago. 2021.

_____. Communication From The Commission To The European Parliament, The Council, The European Economic And Social Committee And The Committee Of The Regions, COM (2011) 682 final. **Social Business Initiative: Creating a favourable climate for social enterprises, key stakeholders in the social economy and innovation.** European commission, Bruxelas, 2011. Disponível em: <<https://www.fi-compass.eu/sites/default/files/publications/social-business-initiative-creating-a-favourable-climate-for-social-enterprises-key-stakeholders-in-the-social-economy-and-innovation.pdf>> Acesso em: 30 de mar. de 2021.

COMISSÃO EUROPEIA; OECD. **Policy Brief on Scaling the Impact of Social Enterprises Policies for social entrepreneurship.** Publications Office of the European Union, Luxembourg, 2016. Disponível em: < <https://www.oecd.org/cfe/leed/Policy-brief-Scaling-up-social-enterprises-EN.pdf>>. Acesso em: 04 abril 2021

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. **Nossa Comunidade Global.** Relatório da Comissão sobre Governança Global. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.

DEE, J. G. ANDERSON, B. B. **For-Profit Social Ventures.** Duke University, Senate Hall Academic Publishing, 2003. Disponível em: < <http://catcher.sandiego.edu/items/soles/DeesAndersonCase.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2021.

DEFOURNY, J.; NYSSSENS, M. **Social innovation, social economy and social enterprise: What can the European debate tell us?** In: MOULAERT, F et al. The international handbook on social innovation: collective action, social learning and transdisciplinary research, Cheltenham, Edward Elgar, 2013, pp. 40-52.

ELSAYED, Y. **At the intersection of Social Entrepreneurship and Social Movements: The Case of Egypt and the Arab Spring.** Voluntas 29, 2018, p. 819–831 Disponível em: Acesso em: 22 de dez. de 2020. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11266-017-9943-0>> Acesso em: 20 mar. 2021.

FARIAS, V. C. **Regime Internacional de Mudanças Climáticas: ações climáticas e paradiplomacia ambiental do Estado de São Paulo.** Tese de doutorado em Direito – Universidade Católica de Santos, São Paulo, 2015.

FERREIRA, S. **Scaling social impact under different modes of welfare governance: an analytical proposal.** In: EMES International Research Conference of Social Enterprise, 3., v. EMES Conferences Selected Papers Series, Roskilde University, Denmark, 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/969707/Scaling_social_impact_under_different_modes_of_welfare_governance> Acesso em: 21 mai. 2021.

FREISE, M. **Neo-Corporatism in flux: Taking stock of public private partnerships in German local governance arrangements.** In: ISTR International Conference, 8., EMES-ISTR European Conference in partnership with CINEFOGO, 2., v. EMES Conferences Selected Papers Series, Barcelona, Spain, 2008. Disponível em: <<https://emes.net/publications/conference-papers/2nd-emes-istr-european-conference-selected-papers/neo-corporatism-in-flux-taking-stock-of-public-private-partnerships-in-german-local-governance-arrangements/>> Acesso em: 25 mai. 2021.

GABOR, T. Explaining the impact of European Union structural funds on patterns of interorganizational collaboration among third sector organizations in East and Central Europe. Czech Republic and Poland compared. In: EMES International Research Conference of Social Enterprise, 3., v. EMES Conferences Selected Papers Series, Roskilde University, Denmark, 2011. Disponível em: <<https://emes.net/publications/conference-papers/3rd-emes-conference-selected-papers/explaining-the-impact-of-european-union-structural-funds-on-patterns-of-inter-organizational-collaboration-among-third-sector-organizations-in-east-and-central-europe-czech-republic-and-poland-compar/>> Acesso em 30 abr. 2021.

GONÇALVES, A. F. **Regimes Internacionais como ações da governança global.** Meridiano 47 - Journal of Global Studies, v. 12., n. 125, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2011, pág.40-45. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4296>> Acesso em: 01 jul. 2021.

GONÇALVES, A; ALMEIDA, D. F.; REI, F. **Governança Global: Desafios e Complexidades.** Editora Universitária Leopoldianum, Santos, 2021. Disponível em: <<https://www.unisantos.br/wp-content/uploads/2021/03/governanca-global-2021-e-book.pdf>> Acesso em: 20 set. 2021.

GOUDOT, A.; ANGEL, V. **Individual and collective roles in organisational governance: focus on governance activity through a systemic approach.** In: EMES International Research Conference of Social Enterprise, 6., v. EMES Conferences Selected Papers Series, Belgium, 2017. Disponível em: <<https://emes.net/publications/conference-papers/3rd-emes-conference-selected-papers/explaining-the-impact-of-european-union-structural-funds-on-patterns-of-inter-organizational-collaboration-among-third-sector-organizations-in-east-and-central-europe-czech-republic-and-poland-compar/>> Acesso em 30 abr. 2021.

GRANATO, L. **Paradiplomacia e Relações Internacionais: breve abordagem teórica.** Revista Online de Diálogos Internacionais. 2014. Disponível em: <<http://www.dialogosinternacionais.com.br/2014/08/quarta-do-especialista-paradiplomacia-e.html>> Acesso em: 20 jun. 2021.

HALL, J.; MACDONALD, M. **Participatory local governance and social enterprise: exploring the links between social entrepreneurial behaviour and democratic resource allocation through participatory budgeting.** In: EMES International Research Conference of Social Enterprise, 7., v. EMES Conferences Selected Papers Series, Sheffield Hallam University, UK, 2019. Disponível em: <<https://emes.net/publications/conference-papers/7th-emes-conference-selected-papers/participatory-local-governance-and-social-enterprise-exploring-the-links-between-social-entrepreneurial-behaviour-and-democratic-resource-allocation-through-participatory-budgeting/>> Acesso em: 20 mai. 2021.

HANISCH, M.; FAIRBAIRN, B. **Social Innovation, Conflict, and the Institutionalization of German Energy Cooperatives.** In: EMES International Research Conference of Social Enterprise, 6., v. EMES Conferences Selected Papers Series, Université Catholique de Louvain, Belgium, 2017. Disponível em: <<https://emes.net/publications/conference-papers/6th-emes-conference-selected-papers/social-innovation-conflict-institutionalization-german-energy-co-operatives/>> Acesso em: 12 out. 2021.

HERVIEUX, C; VOLTAN, A. Framing Social Problems in Social Entrepreneurship. **Journal of Business Ethics.** vol. 151, n. 2, Springer, 2018. pág. 279–293. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10551-016-3252-1>> Acesso em: 20 dez. 2020.

HULGÅRD, L.; ESCHWEILER, J. **Social innovation and deliberative democracy.** In: EMES International Research Conference of Social Enterprise, 3., v. EMES Conferences Selected Papers Series, Roskilde University, Denmark, 2011. Disponível em: <<https://emes.net/publications/conference-papers/3rd-emes-conference-selected-papers/social-innovation-and-deliberative-democracy-2/>> Acesso em: 30 abr. 2021

HULGAARD, E.; NELLEMAN, E. N. **Network and partnerships in a local eco-system for social enterprise.** In: EMES International Research Conference of Social Enterprise, 7., v. EMES Conferences Selected Papers Series, Sheffield Hallam University, UK, 2019. Disponível em: <<https://emes.net/publications/conference-papers/7th-emes-conference-selected-papers/network-and-partnerships-in-a-local-eco-system-for-social-enterprise/>> Acesso em: 20 mai. 2021

NIYUNGEKO, T; HUYBRECHTS, B. **La Gouvernance des coopératives en situation de conflit et de post-conflit**. EMES International Research Conference on Social Enterprise, 4., v. EMES Conferences Selected Papers Series, University of Liege, Belgium, 2013. Disponível em: <<https://emes.net/publications/conference-papers/4th-emes-conference-emes-socent-selected-conference-papers/la-gouvernance-des-cooperatives-en-situation-de-conflit-et-de-post-conflit/>> Acesso 10 mai. 2021.

JENKINS, K.; PLOWDEN, W. **Governance and Nationbuilding: The failure of international intervention**, Edward Elgar Publishing, UK, 2006.

JOHANISOVA, Nadia. **What assumptions behind social enterprise definitions and discourses?** In: EMES International Research Conference of Social Enterprise, 7., v. EMES Conferences Selected Papers Series, Sheffield Hallam University, UK, 2019. Disponível em: < <https://emes.net/publications/conference-papers/7th-emes-conference-selected-papers/what-assumptions-behind-social-enterprise-definitions-and-discourses/>> Acesso em: 21 mai. 2021

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. **Power and Interdependence**. ed. 2. HarperCollins Publishers, New York, EUA, 1989. Disponível em: < <https://hostnezt.com/cssfiles/internationalrelations/Power%20and%20Interdependency%20Keohane%20and%20Nye.pdf>> Acesso em: 01 de out. 2021.

KITCHENHAM, B. **Procedures for Performing Systematic Reviews**. Keele University Technical Report, Department of Computer Science, Keele University, UK, 2004. Disponível em: <<https://www.inf.ufsc.br/~aldo.vw/kitchenham.pdf>> Acesso em: 15 abr. 2021.

CIEPIELEWSKA-KOWALIK, A; PIELIŃSKI, B. **In search for a place for the third sector in the Polish welfare state: Toward a limited coproduction**. In: EMES International Research Conference of Social Enterprise, 5., v. EMES Conferences Selected Papers Series, Helsinki, Finland, 2015. Disponível em: <<https://emes.net/publications/conference-papers/5th-emes-conference-selected-papers/in-search-for-a-place-for-the-third-sector-in-the-polish-welfare-state-toward-a-limited-co-production/>> Acesso em: 15 mai. 2021.

LAURENT, A.; EYNAUD, P. **Articuler communs et économie solidaire : une question de gouvernance ?** In: EMES-Polanyi International Seminar, 2., v. EMES Conferences Selected Papers Series, 2016. Disponível em: <<https://emes.net/publications/conference-papers/2nd-polanyi-emes-international-seminar/articuler-communs-et-economie-solidaire-une-question-de-gouvernance/>> Acesso em: 17 mai. 2021.

MAITÉ, J. **Communs culturels, espaces publics alternatifs et économie solidaire: Revisiter Polanyi au prisme des institutions culturelles citoyennes**. In: EMES-Polanyi International Seminar, 2., v. EMES Conferences Selected Papers Series, 2016. Disponível em: <<https://emes.net/publications/conference-papers/2nd-polanyi-emes-international-seminar/communs-culturels-espaces-publics-alternatifs-et-economie-solidaire-revisiter-polanyi-au-prisme-des-institutions-culturelles-citoyennes/>> Acesso em: 17 mai. 2021.

MACHADO, M. C. R.; LENZI, F. C.; VERDU, C. P. **Empreendedorismo social e criação de valor: Proposição De Um Modelo Teórico**. In: XXII Seminários em Administração

(SEMEAD), Anais..., São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://login.semead.com.br/19semead/arquivos/1298.pdf>> Acesso 02 julho 2021.

MORT, G. S.; WEERAWARDENA, Jay; CARNEGIE, Kashonia. Social entrepreneurship: Towards conceptualisation. **International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector**, vol. 8 n. 1, Australia, 2002.

NASCIMENTO et al. Inovação no Desenvolvimento Local através de Negócios Sociais. **Revista Eletrônica Pensamento e Realidade**. nº 3º, v. 27, PUC - São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/13505/10016><https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/13505/10016>> Acesso 21 set. 2021.

O'DOR, J. **Kite-marks, standards and privileged legal structures; artefacts of constraint disciplining structure choices**. In: EMES International Research Conference of Social Enterprise, 7., Sheffield Hallam University, UK, 2019. Disponível em: <<https://emes.net/publications/conference-papers/7th-emes-conference-selected-papers/kite-marks-standards-and-privileged-legal-structures-artefacts-of-constraint-disciplining-structure-choices/>> Acesso em: 21 mai. 2021.

OCDE. **Principles of Corporate Governance**. Meeting of the OECD Council at Ministerial Level. OECD Publications, France, 1999. Disponível em: <[https://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=C/MIN\(99\)6&docLanguage=En](https://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=C/MIN(99)6&docLanguage=En)> Acesso em: 30 mai. 2021.

PESTOFF, V.; HULGÅRD, L. **Participatory Governance in Social Enterprise**. In: EMES International Research Conference of Social Enterprise, 5., v. EMES Conferences Selected Papers Series, Helsinki, Finland, 2015. Disponível em: <<https://emes.net/publications/conference-papers/5th-emes-conference-selected-papers/participatory-governance-social-enterprise/>> Acesso em: 15 mai. 2021.

PETTICREW, M. and ROBERT, H. **Systematic Reviews in the Social Sciences: A Practical Guide**. Blackwell Publishing, 2006. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/book/10.1002/9780470754887>> Acesso em: 05 jun. 2021.

RIBEIRO, J. R; TOPPAN, R. N. Território E Governança: As Principais Contribuições Da Geografia Para Pensar O Desenvolvimento. **Revista Brasileira Multidisciplinar**. vol.18, nº 2, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://www.revistarebram.com/index.php/revistauniara/issue/view/42>> Acesso em: 30 jun. 2021.

ROSENAU, J., CZEMPIEL, E. **Governance without Government: Order and Change in World Politics.** Cambridge University Press. Cambridge, 1992.

ROSENAU, J. **Strong demand, hugesupply:** governance in emergingepoch. In: BACHE, Ian; FLINDERS, Matthew (Ed.). **Multi-levelgovernance.** Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 31 a 41.

SALLES, E. B. C.; OLSSON, G. A Governança Global Com E Sem Governo: O Protagonismo Das Empresas Transnacionais Na Internacionalização. **Revista Eletrônica E-Civitas**, vol. 8, n. 2, UNB, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://revistas.unibh.br/dcjpg/article/view/1695/950>> Acesso em 15 jun. 2021.

SPENCE, L. J.; BLUNDEL, R.; LYON, F. **Analyzing the growth process in social enterprises:** an historical perspective. In: EMES International Research Conference of Social Enterprise, 3., v. EMES Conferences Selected Papers Series, Roskilde University, Denmark, 2011. Disponível em: <<https://emes.net/publications/conference-papers/3rd-emes-conference-selected-papers/analyzing-the-growth-process-in-social-enterprises-an-historical-perspective/>> Acesso em: 30 abr. 2021.

TANIMOTO, Kanji. A conceptual framework of social entrepreneurship and social innovation cluster: a preliminary study. **Hitotsubashi Journal of Commerce and Management.** ed. 42, Hitotsubashi University, Japan, 2008, pp.1-16. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/43295012>> Acesso em: 30 jul. 2021.

TRAVAGLINI, C.; BANDINI, C., MANCINONE, K. Social enterprise in Europe: governance models. An analysis of social enterprise governance models through a comparative study of the legislation of eleven countries. In: EMES International Research Conference of Social Enterprise, 3., v. EMES Conferences Selected Papers Series, 2009.

TORTIA, E.; SACCHETTI, S. The Silver Lining of Co-operation: Self-defined rules, common resources, motivations, and incentives in cooperative firms. In: EMES International Research Conference of Social Enterprise, 5., v. EMES Conferences Selected Papers Series, Helsinki, Finland, 2015. Disponível em: <<https://emes.net/publications/conference-papers/5th-emes-conference-selected-papers/silver-lining-co-operation-self-defined-rules-common-resources-motivations-incentives-co-operative-firms/>> Acesso em: 15 mai. 2021.

VELOSO, Vitor Furtado Jerônimo. Os limites da governança global: a governamentalidade como alternativa analítica. **Monções:** Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 8, n. 15, Minas Gerais, Brasil, 2019, p. 42-72. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/11530>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

VENTURI, Paolo; RAGO, Sara. Hybridization as Systemic Innovation: Italian Social Enterprise on the Move. In: EMES International Research Conference of Social Enterprise, 5., v. EMES Conferences Selected Papers Series, Helsinki, Finland, 2015. Disponível em: <<https://emes.net/publications/conference-papers/5th-emes-conference-selected-papers/hybridization-systemic-innovation-italian-social-enterprise-move/>>Acesso em: 15 mai. 2021.

WEERAWARDENA, Jay; MORT, Gillian Sullivan. Investigating social entrepreneurship: A multidimensional model. **Journal of World Business**. vol 41, n 1, Pergamon Press, UK, 2006, pág. 21-35. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1090951605000532>> Acesso em: 15 mar. 2021

YOUNG, D.; LECY, J. Defining the Universe of Social Enterprise: Competing Metaphors. **VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**. vol. 25, n. 5, Springer Publishing, 2014, pág. 1307-1332. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s11266-013-9396-z>> Acesso em: 01 jul. 2021.

ZAHRA, et al. A typology of social entrepreneurs: Motives, search processes and ethical challenges. **Journal of Business Venturing**. v. 24, n. 5, Elsevier Inc., Netherland, 2009, pág. 519–532. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0883902608000529>> Acesso em: 05 abr. 2021.